



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO
FEDERAL
Gabinete
Unidade de Controle Interno

Despacho - SEDES/GAB/UCI

Brasília-DF, 02 de dezembro de 2020.

PRAZO TCDF: 02/12/2020

URGENTE

Ao Gabinete/SEDES,

Reportamo-nos ao Ofício nº 10516/2020-GP (50938687), por meio do qual o Tribunal de Contas do Distrito Federal encaminhou a Decisão nº 4873/2020 (50982944), referente a apuração de regularidade dos termos de colaboração firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento ao COVID-19.

Considerando a natureza da matéria, os autos foram direcionados às áreas competentes da SEDES, que se manifestaram por meio dos docs. SEI 51622989 e 51773279, bem como, acostaram documentos complementares 51505439, 51535180, 51557591, 51561914, 51567088, 51569444, 51575174, 51576309.

Ainda, referente à demanda, a Subsecretaria de Assistência Social - SUBSAS, encaminhou o processo SEI solicitado pelo Tribunal, de nº 00431-0000010780/2018-18, a essa Unidade de Controle Interno, o qual foi remetido ao Gabinete, por meio do doc. 51862088 desta UCI.

Frisamos à Assessoria do Gabinete, que a Corte de Contas solicitou **acesso integral ao processo administrativo supracitado (00431-0000010780/2018-18)**, o qual poderá ser executado mediante Disponibilização de Acesso Externo do Processo SEI ao TCDF ou conforme melhor juízo do Gabinete.

Assim, com vistas ao atendimento da Diligência inserta, submetemos ao Gabinete/SEDES para apreciação, a Minuta de Ofício, que trata da manifestação desta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social em razão do cumprimento da Decisão nº Decisão nº 4873/2020, para que, se de acordo, encaminhe o Ofício à egrégia Corte de Contas.

NATÁLIA FLÁVIA LEITE
Unidade de Controle Interno

THAYSSA ANTUNES
Unidade de Controle Interno

Segue, Minuta de Ofício:

MINUTA

A Excelentíssima Senhora
Conselheira **ANILCÉIA MACHADO**
Presidente
Tribunal de Contas do DF - TCDF
Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, Brasília, DF.
70.075-901 - PABX: (61) 3314-2110

Assunto: Apuração de regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da Covid-19.

Senhora Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para prestar informações relativas ao assunto tratado no Ofício nº 10516/2020-GP (50938687), por meio do qual o Tribunal de Contas do Distrito Federal encaminhou a Decisão nº 4873/2020 (50982944), referente a apuração de regularidade dos termos de colaboração firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento ao COVID-19.

Consoante a Decisão em tela, vimos apresentar, em conformidade com manifestação das áreas competentes desta SEDES, por meio dos docs. 51622989 e 51773279, os esclarecimentos relativos às impropriedades apontadas na Informação nº 71/2020 - DIASP2 (51181786), resumidas na Matriz de Achados (51182238), conforme trechos que se seguem:

(...)

1. Ausência de indicação da localidade de execução do objeto na Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 01/2020

Inicialmente, cumpre-nos registrar que em decorrência do cenário que se instalou no Distrito Federal em razão da pandemia no mês de março do corrente ano, foi demandado desta Secretaria de Estado, especialmente da então Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social e desta Subsecretaria, o desenvolvimento de ações para mitigar o risco de contaminação e a garantir as seguranças socioassistenciais da população em situação de rua. Na época, a gestão da secretaria optou pela instalação de um alojamento provisório para a população em situação de rua, provisão maior prevista no âmbito do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Dessa forma, em um curto espaço de tempo, foi solicitada a elaboração das notas técnicas de proposição dos avisos de dispensa de chamamento, visto que, na época, entendeu-se que não haveria justificativa para seleção de uma determinada organização da sociedade civil em detrimento das demais e que, assim, seria necessária a abertura de processo simplificado para seleção de uma parceira para implantação do serviço.

No momento da construção das notas técnicas que levaram à celebração do Termo de Colaboração n.º 1/2020, de fato, como bem observado pela Corte de Contas, não foi indicado o local em que seria instalado o Serviço. Isso se deu tanto em decorrência do exíguo prazo para elaboração dos documentos quanto pelo entendimento (de certa forma equivocado) de que o serviço poderia ser instalado em qualquer local, visto que a infraestrutura definida pela secretaria possuía caráter provisório.

Ademais, ressalta-se que essa foi a primeira vez na história que esta Secretaria teve de providenciar esse tipo de estrutura física e que a ausência de experiência e de profissionais especializados na área podem ter influenciado negativamente o processo, contudo, em que pese todos os percalços, o que se buscou, dentro das condições impostas pela pandemia, foi conduzir o processo de seleção com a maior lisura possível e observando as diretrizes estabelecidas pela gestão da secretaria, especialmente no que se refere à urgência de atendimento da população em situação de rua que já se encontrava em situação de vulnerabilidade social e que, naquele momento, teve essa condição agravada pelas medidas de isolamento social estabelecidas no Distrito Federal.

2. Ausência de Justificativa para o “Modelo de Montagem Completa” adotado (TC 01/2020 e TC 02/2020)

Historicamente esta secretaria tem tido dificuldade de operacionalizar Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, visto que não há um rol significativo de organizações da sociedade civil interessadas em prestar esse tipo de serviço. Inclusive, como se pode observar do Resultado Provisório da Etapa

de Classificação do Edital de Chamamento Público n.º 2/2020 (51505439), que se destina a seleção de organização da sociedade civil para execução dos Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias e ficou aberto ao recebimento de proposta durante 30 dias, apenas quatro organizações da sociedade civil apresentaram propostas e, dessas, apenas três foram classificadas. Ainda, no período de 30 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2018, também esteve aberto o Edital de Chamamento Público n.º 3/2017¹, no qual, apesar do longo período em que esteve aberto ao recebimento de propostas, apenas uma organização da sociedade civil foi habilitada.

Vale destacar que também que a população em situação de rua representa um fenômeno crescente e que apresenta demandas diferentes dos demais públicos, tais como, por exemplo, as pessoas idosas que participaram do excelente programa do GDF “Sua Vida Vale Muito – Ação Hotelaria Solidária”. A população em situação de rua é grupo populacional heterogêneo, em situação de pobreza extrema, com pessoas que podem ou não serem dependentes químicos e que, em regra, possuem vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e que não possuem moradia convencional regular, se utilizando os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente.

Ademais, das parcerias existentes, as únicas que poderiam, a princípio, acolher o público alvo dos alojamentos provisórios seriam as cujos objetos são serviços de acolhimento institucional para adultos e famílias, quais sejam os ajustes formalizados com o Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social e com o Centro Comunitário São Lucas. Entretanto, o Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social na época ainda não tinha sequer atingido a meta pactuada em dezembro de 2018 de 320 vagas e sua capacidade instalada em março era suficiente para atendimento de apenas 215, tendo sido disponibilizada a meta de 320 apenas a partir de abril de 2020 e só a partir de então que a entidade passou a receber o repasse integral. Em relação ao Centro Comunitário São Lucas, o serviço prestado pela entidade atualmente é destinado apenas ao acolhimento de mulheres com crianças em trânsito no Distrito Federal para tratamento de saúde e possui capacidade instalada para atendimento de apenas 40 pessoas simultaneamente.

Ainda, informa-se que a instalação de capacidade de atendimento regular para acolhimento das 400 pessoas atendidas nos alojamentos provisórios demandaria um lapso temporal muito extenso e que, na época, esta Secretaria não dispunha. Atualmente, não há no Distrito Federal organizações da sociedade civil com estrutura capaz de acolher 200 adultos. Por exemplo, a exceção da unidade de acolhimento do Instituto Inclusão no Recanto das Emas, todas as demais são unidades imobiliárias locadas pela instituição, cujo ônus dos aluguéis são suportados pelos recursos do termo de colaboração. Registra-se que até a

locação de imóveis para essa finalidade se torna difícil quando os potenciais locadores são informados da finalidade a que se destinará o imóvel.

3. Ausência de documentos de permissão de uso da área do Autódromo Internacional de Brasília (TC 01/2020)

Realmente não foi formalizada a cessão do espaço onde está instalada a estrutura do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no Autódromo Internacional de Brasília. Entretanto, não houve pagamento de quaisquer despesas relativas à utilização parcial das dependências do Autódromo Internacional de Brasília.

Desse modo, sugere-se a solicitação de prorrogação do prazo para manifestação ao Tribunal de Contas, para que esta Secretaria, por meio das áreas envolvidas, providencie a formalização de termo aditivo, com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer² como interveniente, estabelecendo as obrigações e responsabilidades dos partícipes, conforme foi providenciado no Termo de Colaboração n.º 2/2020 (39872133) e que não constou do Termo de Colaboração n.º 1/2020 (38169007).

4. Ausência de informações acerca da capacidade de atendimento existente (TC 01/2020 e TC 02/2020)

Em que pese a ausência das informações relativas à capacidade instalada de atendimento para adultos e famílias, registra-se que em fevereiro de 2020, segundo dados do Serviço Especializado em Abordagem Social (51557591), havia 3.563 (três mil quinhentos e sessenta e três) pessoas em situação de rua, sendo que destas 1855 (um mil oitocentos e cinquenta e cinco) pessoas foram atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social no mês. Já em março de 2020, havia 3439 (três mil quatrocentos e trinta e nove) pessoas em situação de rua e foram atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social 1715 (um mil setecentos e quinze) pessoas. Nesse período, contudo, a capacidade instalada de acolhimento da Sedes era de 400 (quatrocentos) vagas, sendo 215 provenientes do Termo de Colaboração n.º 2/2018 e 185 das unidades de execução direta Unam, Unai e Unaf. Esclarece-se que os serviços de acolhimento não são serviços de pernoite, ou seja, as 400 (quatrocentos) estavam preenchidas. Assim, por exemplo, a demanda geral potencial de acolhimento em março de 2020, considerando apenas aquelas pessoas que foram atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social no mês, era de 2115 pessoas, somadas as pessoas em situação de rua (1715) e aquelas que já se encontravam acolhidas nas unidades de acolhimento (400).

Dessa forma, percebe-se que mesmo com a instalação da capacidade plena de atendimento do Instituto Inclusão (aumento de 215 vagas para 320 vagas) e com a implantação dos dois alojamentos provisórios (400 vagas, sendo 32 reservadas para

isolamento de contaminados pelo novo coronavírus), a capacidade instalada de acolhimento institucional da Sedes continua a ser insuficiente para atendimento da demanda. Como se pode observar da Lista de Demanda por Acolhimento - Adultos e Famílias (51567088) de hoje, 26/11/2020, enquanto há 74 pessoas aguardando vaga no serviço de acolhimento institucional apenas 25³ vagas estiveram disponíveis para preenchimento.

Por fim, informamos que a meta pactuada no Termo de Colaboração n.º 2/2018, processo 00431-00010780/2018-18, foi ampliada de 100 (cem) vagas para 320 (trezentos e vinte) em 31/12/2018, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 2/2018 (51569444) e, por esse motivo, entendeu-se que a determinação constante do inciso II da Decisão nº 2.489/20 não alcançava o referido processo. Ressalta-se que desde 31/12/2018 esta Secretaria tem buscado juntamente com o Instituto Inclusão a implantação da capacidade plena de atendimento, entretanto, em razão da dificuldade de locação de imóveis para implantação das unidades de acolhimento, até abril do corrente ano não tínhamos conseguido avançar nesse sentido. Esclarece-se que esta Secretaria vinha glosando o valor referente às 115 vagas pendentes de implantação e só iniciou os repasses integrais após a implantação da capacidade plena.

5. Exiguidade temporal entre a publicação dos Avisos de Abertura da Dispensa de Chamamento Público e o recebimento de propostas (TC 01/2020 e TC 02/2020)

Conforme informado na manifestação referente ao quesito 1, em razão da necessidade de desenvolvimento de ações para mitigar o risco de contaminação e a garantir as seguranças socioassistenciais da população em situação de rua com a maior brevidade possível, nas duas oportunidades em que foram publicados os Avisos de Abertura da Dispensa de Chamamento Público foi deliberado pela fixação de prazo curto para a apresentação de propostas. Assim, mesmo diante do prazo curto para apresentação das propostas, a Sedes buscou informar o maior número de entidades possível sobre a publicação dos Avisos por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, sítio eletrônico da Sedes, redes sociais e e-mails (37775766, 37775775, 37775800, 37775806, 37775816, 37823134, 37844402, 37785879, 38654682, 38654689, 38655111).

Ademais, participamos que historicamente esta secretaria tem tido dificuldade de operacionalizar Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, visto que não há um rol significativo de organizações da sociedade civil interessadas em prestar esse tipo de serviço. Inclusive, como se pode observar do Resultado Provisório da Etapa de Classificação do Edital de Chamamento Público n.º 2/2020 (51505439), que se destina a seleção de organização da sociedade civil para execução do Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias e ficou aberto ao recebimento de proposta durante 30 dias, apenas quatro organizações da sociedade civil apresentaram propostas e, dessas,

apenas três foram classificadas. Ainda, no período de 30 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2018, também esteve aberto o Edital de Chamamento Público n.º 3/2017¹, no qual, apesar do longo período em que esteve aberto ao recebimento de propostas, apenas uma organização da sociedade civil foi habilitada.

6. Falhas na definição dos critérios de seleção (TC 01/2020)

Na oportunidade em que foram estabelecidos os critérios de seleção do primeiro aviso de dispensa de chamamento, a gestão da Secretaria, diante da necessidade de instalação urgente do serviço, decidiu que o prazo de instalação do serviço naquele momento se sobrepunha ao valor global proposto.

Após a celebração da parceria, esta Subsecretaria de Assistência Social, por meio dos gestores da parceria, os quais, inclusive, ocupam os cargos de coordenadora de proteção social especial e a diretora de serviços de acolhimento, buscou revisar o plano de trabalho a fim de reduzir ao máximo os custos envolvidos na execução da parceria, o que possibilitou, inclusive, a prorrogação da parceria por 30 dias sem que houvesse alteração do valor global inicialmente pactuado.

Ademais, como percebeu a Corte de Contas, no caso do aviso de dispensa de chamamento para a instalação do serviço na região administrativa de Ceilândia, buscou-se ponderar de forma mais adequada a relação prazo de instalação e valor global da proposta.

7. Valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado (TC 01/2020 e TC 02/2020)

Considerando que houve falhas na elaboração da pesquisa de preços, solicitaremos a Instituto Tocar e à Associação Beneficente Cristã Mãos Solitárias os Relatórios de Execução Financeira dos Termos de Colaboração n.º 1 e 2/2020, respectivamente, a fim de realizar o exame de compatibilidade dos custos, por meio de nova pesquisa de preços, e submeter o processo à análise da Gerência de Prestação de Contas desta Secretaria para verificação da regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

8. Valores pagos por pessoa atendida acima do valor de referência (TC 01/2020)

Informamos que o valor de referência para o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional foi estabelecido por esta Secretaria de Estado em 23/5/2020 e, na época, foi fixado em R\$ 1.386,00. Em que pese o valor ter sido reajusto em duas ocasiões, em 2016 e 2018, estando atualmente fixado em R\$ 1.620,73 (um mil seiscentos e vinte reais e setenta e três centavos), o referido valor se encontra defasado em aproximadamente 23,78%, se considerada a inflação do período de maio de 2013 a fevereiro de 2020 (51576309). Assim, atualizando o valor de referência pelo IPCA de maio de 2013

a fevereiro de 2020, ter-se-ia um valor de referência de R\$ 2.006,13 (dois mil seis reais e treze centavos).

Observa-se ainda que, mesmo considerando apenas a variação inflacionária da última correção do valor de referência promovida pela Portaria Sedestmidh n.º 212/2018 (51575174) até fevereiro de 2020, o valor de referência deveria estar fixado em R\$ 1.747,21 (um mil setecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos) (51576309).

Ressalta-se que desde novembro de 2019 esta secretaria tem buscado a atualização dos valores de referência, visto que tais valores se encontram defasados, o que, inclusive, culmina no desinteresse das organizações da sociedade civil em prestar o Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias. Entretanto, devido as restrições orçamentárias a que a Sedes está exposta, até o momento não foi possível viabilizar a recomposição dos valores.

9. Falhas nas alterações do TC 01/2020

Informamos que após diversos ajustes solicitados nas várias propostas apresentadas pelo Instituto Tocar, a parceria foi alterada por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 1/2020 (43142890), que prorrogou a parceria por 30 dias, sem que houvesse alteração do valor global inicialmente pactuado. Assim, o que de fato aconteceu foi que os valores resultantes dos trabalhos de revisão do Plano de Trabalho foi utilizado para suportar as despesas com a prorrogação da parceria por trinta dias, conforme se verifica no Plano de Trabalho (42698866) vinculado ao Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 1/2020 (43142890). Contudo, entendemos que esta Secretaria deveria ter melhor descrito a alteração promovida por meio da alteração da parceria.

11. Ausência de informações sobre a parceria no sítio da Associação Mãos Solidárias, TC 02/2020

Informamos que, por meio do Ofício n.º 276/2020 (51603384), enviado ao e-mail institucional da parceira por meio da Correspondência Eletrônica 51629341, notificamos a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias para que divulgue em seu sítio eletrônico as informações referentes à parceria, conforme determina o art. 80 do Decreto n.º 37.843/2016 e participamos que, caso a parceira não providencie o atendimento da obrigação até 7/12/2020, os próximos repasses serão retidos com base no art. 35, II e III, do Decreto n.º 37.843/2016.

12. Atendimento parcial ao estabelecido no item II da Decisão TCDF 2.489/2020

Informamos que a meta pactuada no Termo de Colaboração n.º 2/2018, processo 00431-00010780/2018-18, foi ampliada de 100 (cem) vagas para 320 (trezentos e vinte) em 31/12/2018, conforme

o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 2/2018 (51569444) e, por esse motivo, entendeu-se que a determinação constante do inciso II da Decisão nº 2.489/20 não alcançava o referido processo. Ressalta-se que desde 31/12/2018 esta Secretaria tem buscado juntamente com o Instituto Inclusão a implantação da capacidade plena de atendimento. Da formalização do Termo de Colaboração n.º 2/2018, em 25/9/2018, a 18/5/2019 a parceria havia disponibilizado a capacidade de atendimento de apenas 100 a 110 vagas. A partir de 19/4/2019, foi possível a disponibilização de mais 105 vagas, passando a serem disponibilizadas 215. Desde aquela data, a Sedes e a parceira envidaram esforços no sentido de implantar a capacidade plena de atendimento, de 320 vagas, entretanto, em razão da dificuldade de locação de imóveis para implantação das unidades de acolhimento, até abril do corrente ano não tínhamos conseguido avançar nesse sentido. Esclarece-se que esta Secretaria vinha glosando o valor referente às vagas pendentes de implantação e só iniciou os repasses integrais após a implantação da capacidade plena.

Outras quesitos suscitados na Informação n.º 71/2020-DIASP2 (51181786)

Quanto aos erros e omissões constantes do Segundo Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 2/2020, a então Gacc, atual Geconv, informou que tendo em vista que o instrumento de alteração "*apresenta* erros e omissões de cláusulas e parágrafos na composição do seu texto, dessa forma, foi confeccionado o Apostilamento nº 02 (45735873) para corrigir a redação do mesmo" (sic) e o encaminhou, por meio do Despacho 46063793 à Subsecretaria de Administração Geral. Dessa forma, sugerimos que seja avaliada e, se pertinente, providenciada a correção do Segundo Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 2/2020, oportunidade em que ponderamos que não há como opinarmos sobre o conteúdo do Apostilamento nº 02 (45735873) visto que o documento não foi assinado e, também, que havia sido juntada ao processo 00431-00004214/2020-91 a minuta do documento. Ainda, em relação a juntada intempestiva da documento que reafirmasse as condições de habilitação da parceria, informamos que em que pese as cópias da Ata de Eleição do quadro dirigente, comprovante de endereço, declaração de vedações e a cópia do estatuto (45063467, 45063616, 45063818, 45063972, 45064094, 45064273) terem sido juntados ao processo apenas em 10/8/2020, em 4/8/2020 haviam sido juntados os comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da entidade, além do comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ (44728488, 44728595, 44728614, 44728643).

Quanto a atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, participamos que, nos termos do art. 5º, V, da [Portaria SEDES n.º 39](#), de 30/5/2020, em razão da pandemia, visitas técnicas às organizações da sociedade civil para monitoramento e avaliação das parcerias foram suspensas, sem prejuízo das demais atividades

de monitoramento e avaliação que possam ser realizadas remotamente. Assim, nesse período, a Comissão se ateve às atividades passíveis de serem realizadas remotamente, tais como análise de processos e emissão de despachos de homologação. Ressalta-se que a atual Comissão não se dedica exclusivamente às funções do colegiado, acumulando-as com as atribuições de suas unidades de lotação. Entretanto, já está em vias de ser publicada portaria que irá reformular e compor a comissão como profissionais que se dedicarão exclusivamente às atividades do colegiado. Por fim, participamos que os relatórios técnicos emitidos pelas gestoras da parceria são reportes mensais do acompanhamento técnico realizado, não passíveis de homologação pela Comissão. Em regra, esta secretaria determina aos gestores elaborem relatórios técnicos mensais e um relatório técnico de monitoramento e avaliação por exercício, e apenas este último que deverá ser submetido à homologação da comissão de monitoramento e avaliação.

(...)

Outrossim, registro que as informações foram complementadas pelo atual Gerente de Convênios/SEDES, por meio do despacho 51773279, e ainda foram acostados aos autos documentos comprobatórios anexados pela Subsecretaria de Assistência Social, conforme a ordem designada no processo: 51505439, 51535180, 51557591, 51561914, 51567088, 51569444, 51575174 , 51576309.

Por fim, informo que a disponibilização do processo SEI nº 00431-0000010780/2018-18, solicitado na determinação em comento, será realizada por meio por meio do "Gerenciamento da Disponibilização de Acesso Externo", o qual será gerado um link de acesso ao requisitado, tendo em vista a quantidade de volumes constante nos autos e necessidade de abertura do mesmo para tramitação pelas Unidades da SEDES.

Isto posto, apresentados os esclarecimentos por parte desta Secretaria de Estado em prol do cumprimento da Decisão nº 4873/2020, encaminho os autos ao e. Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao tempo que, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, o que poderá ocorrer por intermédio da Unidade de Controle Interno/SEDES.

Atenciosamente,

MAYARA ROCHA

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social/DF



Documento assinado eletronicamente por **NATÁLIA FLÁVIA DE OLIVEIRA RAMOS LEITE - Mat.0197661-3, Técnico(a) em Assistência Social - Agente Administrativo(a)**, em 02/12/2020, às 18:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THAYSSA MARIA DE SOUSA ANTUNES - Matr.0277305-8, Técnico(a) em Assistência Social - Agente Administrativo(a)**, em 02/12/2020, às 18:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **51869957** código CRC= **8DE89DE8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 515 Bloco A Ed. Banco do Brasil - - Bairro Asa Norte - CEP 70750-501 - DF

33483535